



**GEO-HISTÓRIA, TERRITORIALIDADE E EDUCAÇÃO:
A MIGRAÇÃO JAPONESA EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP**

GEO-HISTORY, TERRITORIALITY AND TERRITORIALITY:

JAPANESE MIGRATION IN PRESIDENT PRUDENTE/SP

Adriano Amaro de Sousa¹

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade analisar a geo-história da imigração japonesa no Brasil pela territorialização atrelado aos aspectos da educação/cultura desse grupo étnico no município de Presidente Prudente/SP. Para tanto, o procedimento teórico-metodológico está balizado pelos aspectos bibliográficos pelos conceitos de imigração japonesa (ENNES, 2001; SAKURAI, 2000), Geo-história (SANTOS, 1977) e território/territorialidade (SAQUET, 2003). Já a estrutura do texto pode ser dividida em duas partes: na primeira parte, iremos ver os aspectos teóricos balizado nos conceitos de imigração e territorialidade; já na segunda parte, buscaremos apresentar a geo-história da territorialidade dos japoneses em Presidente Prudente/SP. Por fim, visualizamos a ascensão social dos nipo-brasileiros pela tríade migração-desenvolvimento-educação.

PALAVRAS-CHAVE: Geo-história; Territorialidade, Imigração japonesa, Educação; Presidente Prudente/SP.

¹ Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela FCT-UNESP; Docente da Faculdade de Tecnologia de Itaquaquecetuba-SP; São Paulo, SP, Brasil. E e-mail: adramaro@yahoo.com.br

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the geo-history of Japanese immigration in Brazil through territorialization linked to aspects of education/culture of this ethnic group in the municipality of Presidente Prudente/SP. Therefore, the theoretical-methodological procedure is marked by bibliographic aspects by the concepts of Japanese immigration (ENNES, 2001; SAKURAI, 2000), Geo-history (SANTOS, 1977) and territory/territoriality (SAQUET, 2003). The structure of the text can be divided into two parts: in the first part, we will see the theoretical aspects based on the concepts of immigration and territoriality; in the second part, we will seek to present the geo-history of the Japanese territoriality in Presidente Prudente/SP. Finally, we visualize the social ascension of Japanese-Brazilians through the triad migration-development-education.

KEYWORDS: Geohistory; Territoriality, Japanese Immigration, Education; President Prudente/SP.

Introdução

No início do século XX, a imigração japonesa teve o Brasil como país receptor, que propiciou incentivos à imigração subsidiando o transporte, enquanto que outras nações, como por exemplo, os Estados Unidos, impunham restrições de caráter social, político e econômico à imigração japonesa (SAKURAI, 2007/1995). No dia 24 de abril de 1908, partem do porto de Kobe os primeiros imigrantes japoneses a bordo do navio *Kasato Maru* com destino ao Brasil. Vieram, no total, 781 pessoas contratadas e 12 imigrantes livres, que foram recrutados no Japão pela empresa *Kokoku Shokumin Kaisha* (Companhia de Colonização Japonesa). Essa primeira leva de imigrantes desembarcou no porto de Santos no dia 18 de junho, sendo levada para a hospedaria do imigrante e, posteriormente, encaminhada para as fazendas de café no interior do Estado de São Paulo (SAITO, 1961).

A imigração japonesa no Brasil concentrou-se, principalmente, no estado de São Paulo, mais especificamente na região metropolitana de São Paulo, na área da chamada Mogiana e no Oeste Paulista. Além disso, instalou-se também na Amazônia (colônia Acará) e no Pará (colônia Tomé Açú) em meados da década de 1930, onde cresceram cultivando cacau, arroz, milho, mandioca, pimenta do reino e outros produtos (SAITO, 1961).

Dentro deste contexto, a mobilidade espacial do imigrante japonês no Oeste Paulista se deu inicialmente pela área cortada pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, composta pelos municípios de Bauru, Lins, Cafelândia e Araçatuba, que foi a primeira região a agregar os colonos japoneses em 1930, que serviram de força de trabalho para o cultivo do café. Outra região, aquela da Estrada de Ferro Sorocabana, estava representada pelas cidades de Assis, Rancharia, Presidente Prudente e Presidente Epitácio/SP, que teve grande dinamismo econômico na década de 1940 pela cotonicultura. A Alta Paulista, por sua vez, tinha grande contingente de imigrantes nipônicos que para lá foram a partir do final da década de 1930, também devido ao cultivo de algodão (SAKURAI, 1995).

Segundo ENNES (2001), pode-se dividir a história da imigração japonesa no Brasil em três momentos: 1) o que corresponde aos primeiros anos de vida no Brasil,

caracterizado por uma estratégia de trabalho temporário e de curta duração; 2) a que corresponde a uma fase posterior, marcada pelas mudanças quanto ao tempo de permanência no Brasil, conhecida como estratégia de trabalho temporário de longa duração; 3) o momento que correspondente à fixação permanente no Brasil, que pode ser caracterizado como a fase em que os imigrantes japoneses encontram a sua fixação no Oeste Paulista mais precisamente no município de Presidente Prudente/SP.

Assim, o objetivo deste texto é analisar a geo-história da imigração japonesa no Brasil pela territorialização balizado aos aspectos da educação desse grupo étnico no município de Presidente Prudente/SP. Para tanto, o procedimento teórico-metodológico esteve balizado pelos aspectos bibliográficos pelos conceitos de imigração japonesa (ENNES, 2001; SAKURAI, 2000), Geo-história (SANTOS, 1977) e território/territorialidade (SAQUET, 2003). A estrutura do texto está dividida em duas partes: na primeira parte, iremos ver os aspectos teóricos balizado nos conceitos de imigração e territorialidade; já na segunda parte, buscaremos apresentar a geo-história da territorialidade dos japoneses em Presidente Prudente/SP – como veremos a seguir.

Imigração, geo-história e a territorialidade

O Brasil atraiu os imigrantes nipônicos porque estava sofrendo uma grave crise de braços na lavoura devido à instabilidade do imigrante europeu e necessitava urgente de trabalhadores para conter a superprodução cafeeira. Vejamos como Fausto (1977) descreve a possibilidade da entrada do imigrante japonês no Brasil.

[...] constante instabilidade do imigrante europeu tanto na fazenda como no próprio Estado (São Paulo), a redução da corrente imigratória em decorrência de fatores externos, como o decreto Prinetti, e de fatores internos provocados pela situação intensa da lavoura cafeeira em virtude da super produção e, finalmente, a possibilidade de abrir novo mercado para o café no Japão fizeram com que governo paulista se interessasse pelo imigrante japonês. (FAUSTO, 1977, p.105)

Para os nipônicos a vida no Brasil era muito difícil, muitos desistiam da lavoura em virtude dos maus tratos, pelas péssimas condições de trabalho, moradia e, principalmente, de remuneração.

Nesse sentido, a geo-história da imigração japonesa no Brasil foi uma imigração de caráter familiar. As condições dessa dimensão familiar privilegiavam o espaço privado, sendo que, os aspectos culturais e produtivos tinham centralidade nesse tipo de sociabilidade. Tal sociabilidade dos sujeitos migrantes trazidos apresentava característica de trabalho autônomo e não o assalariado.

A exigência da imigração familiar é decorrência da experiência anterior com os italianos, vindos também para os cafezais de São Paulo. As fugas das fazendas e, portanto, o não-cumprimento do contrato significam prejuízos para os fazendeiros, que querem evitar a repetição da experiência com os italianos. A imigração japonesa em família é entendida por eles como um fator de retenção e de não abandono do contrato (SAKURAI, 2000, p. 208).

Neste processo de mobilidade familiar, a formação territorial orienta a explicação da sociedade e do território no tempo. Isto quer dizer que, a trama histórica da formação territorial explicita a complexidade espacial por meio do processo de apropriação e dominação do espaço geográfico. Por outro lado, Santos (1977) apresenta o conceito de formação socioespacial, que reside no fato de explicar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço. Espaço este que a sociedade produz e só é inteligível por ela mesma. Todavia, a categoria Formação Econômica Social dinamizada pelos economistas e sociólogos não tinha o trato da inclusão do espaço na análise da dinâmica social. Por isso, Milton Santos chama atenção para a Formação Socioespacial, pois não existe sociedade sem espaço. Desse modo, entendemos a Formação territorial pela dinâmica da abordagem do território balizada pelos ambientes construídos (paisagens) e pelos símbolos-culturais (signos), podendo ser visualizada pela geo-história.

O nipo-brasileiro pode ser analisada pela mobilidade populacional para o trabalho, que está diretamente envolvida na produção do território por meio da TDR (desterritorialização, reterritorialização e territorialização), devido os processos históricos desiguais e contraditórios determinados pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais.

Para Saquet (2003, p. 39),

[...] simultaneamente, à desterritorialização dá-se a reterritorialização. São processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial. Na primeira, há perda do território inicialmente apropriado e construído, a supressão dos limites, das fronteiras, como afirma Raffestin (1984), e na segunda, uma reprodução de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características. O velho é recriado no

novo, num movimento que representa as forças sociais, em que um dos papéis do Estado é justamente a reterritorialização, acontecida com os italianos no Brasil e com as migrações internas.

O processo de produção do espaço geográfico apresentado na des-reterritorialização está eminentemente articulado com o Estado e com o capital, sendo que a desterritorialização dá-se, sobretudo, por fatores econômicos e políticos, de modo similar à re-territorialização. As pessoas migram condicionadas por um conjunto de elementos e processos.

A própria migração está fundamentada na territorialização como fruto de uma estratégia para tomar posse de um espaço geográfico por meio da apropriação/dominação exercida pelo trabalho. Já a des-territorialização é o abandono espontâneo ou forçado da territorialização. Por último, a re-territorialização é a construção de uma nova territorialização em um outro espaço, emergindo, assim, um novo território e nova(s) territorialidade(s).

Sobre territorialidade corroboramos com Saquet (2007), pois ela é:

[...] é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos e relações. (SAQUET, 2007, p. 125).

De modo geral, a geo-história procura contribuir para os aspectos epistemológicos da geografia, em especial com os processos territoriais, em virtude das relações de poder, das redes de comunicações e das identidades tecidas historicamente (SAQUET, 2007). Na análise do industrial familiar nipo-brasileiro a Geografia Histórica ganha relevância se conjugada com a Geografia Econômica. Nossa ênfase é para os fatores e processos econômicos e culturais, historicamente determinados pela migração e sua participação no processo de desenvolvimento socioeconômico no Brasil, especialmente, no interior do Estado de São Paulo dando destaque para as famílias e a educação dos filhos.

A territorialidade histórica da imigração japonesa em Presidente Prudente/SP

Embora a territorialização da imigração japonesa para o Brasil tenha se iniciado em 1908, somente na década de 1930 é que, efetivamente, ocorreu a fixação dos nipônicos no município de Presidente Prudente². Em 1918, por exemplo, havia duas famílias localizadas na zona rural (ABREU, 1972). Somente uma década depois é que chegou um contingente significativo. A territorialização dos imigrantes *isseis* foi favorecida pela dinâmica econômica comandada pela produção agrícola, quando eles se inseriam como arrendatários ou sitiantes, o que foi facilitado pela frente de expansão da cafeicultura. Com isso, o cultivo do café possibilitou o avanço econômico da região para os pioneiros, atraindo migrantes de várias nacionalidades e, entre eles, o trabalhador japonês³. Porém, a crise internacional de 1929 paralisou a produção da lavoura cafeeira para o mercado internacional (SOUSA, 2007/2010).

As primeiras famílias nipônicas vieram das cidades de Hokkaido, Fukuoka, Fukushima, Ryogo e Okinawa. Porém, grande parte desses imigrantes já se encontravam no Brasil, sobretudo nas colônias de Bastos, seguida de Paraguaçu Paulista e de diversos lugares do interior de São Paulo (BUTUSGAN, 1980). Todos eram colonos na agricultura e almejavam acumular uma poupança para voltar ao lugar de origem, o que não aconteceu. Nessa sua saga por *mobilidade-permanência*, procuraram regiões com terras baratas e férteis na “boca do sertão”⁴ para comprar lotes rurais no Brasil, criando raízes e se territorializando efetivamente no estado de São Paulo, tornando Presidente Prudente como o *território de oportunidades*⁵. Assim, a permanência do imigrante japonês se deu pelo trabalho, que o mesmo realizou no cultivo do algodão⁶ efetivando sua territorialização pelo *habitat* e pela plataforma de

² O município foi fundado em 14 de setembro de 1917, originou-se no âmbito do complexo cafeeiro, através do loteamento de terras às margens da Estrada de Ferro Sorocabana, ocasionando a formação de dois núcleos urbanos: Vila Goulart e Vila Marcondes que, posteriormente, formariam a cidade (ABREU, 1972).

³ O imigrante japonês não foi camponês, no máximo lavrador, porque não era posseiro e nem fez parte da luta pela terra, como o trabalhador brasileiro.

⁴ Denominação para as cidades que, ao longo das ferrovias, eram as mais avançadas no território, mesmo que por pouco tempo.

⁵ O território em Gottmann (1973) aborda o mesmo como “plataforma para oportunidade do que como um abrigo para a segurança” (p. 534).

⁶ “A identificação entre algodão e pequena propriedade deve ser acrescentado um terceiro elemento: o japonês. Com efeito, o grosso da imigração japonesa desembarcou em Santos no exato momento em que os agricultores paulistas lançavam-se na cultura do algodão” (MONBEIG, 1984, p. 288).

oportunidade, tendo centralidade na pequena propriedade privada rural. Foi com esta cultura que alguns nipo-brasileiros conseguiram ascensão social, alguns deles conseguiram se tornar capitalizados e investiram na educação dos filhos por meio de uma profissão especializada visando a mudança de *status* e objetivando ganhar dinheiro em atividades urbanas (SOUSA, 2019).

O núcleo urbano prudentino, em meados de 1950, fixou os japoneses que buscavam o trabalho autônomo no comércio ou nos serviços, sendo o município era pólo regional que concentrava população híbrida e boa produção industrial (beneficiamento de produtos primários, como café, algodão e amendoim) e serviços gerais (manutenção e consertos). Dos autônomos nipo-brasileiros alguns se estabeleceram como micro-empresários constituindo oficinas, lojas, bares, armazéns e pensões. Entre os pequenos empreendimentos *nikkeis* havia empresas bancárias (inter)nacionais japonesas (exemplos: Casa Bancária Tozan, Banco Noroeste e Banco América do Sul) (SOUSA, 2010).

Não obstante, a educação para os nipônicos era um fator estratégico de desenvolvimento e permanência no território. Dessa forma, a colônia prudentina logo que se organizou em associação implantou uma escola no centro do núcleo urbano. Segundo Santos (2007), o Colégio São Paulo, em 1938, passou a ser dirigido pela colônia japonesa, mais precisamente pela professora *nissei* Akiko Nishi. Essa escola fazia a relação entre a colônia e a sociedade prudentina por ser a única escola secundária local. Porém, no período da II Guerra Mundial foi retirada a administração da associação nipo-brasileira porque o Brasil declarou guerra ao Japão e aos países do eixo. Depois da guerra, a professora pôde reassumir a escola que estava em insolvência financeira, o que levou à sua venda ao Grupo Educacional Esquema. Essa experiência bem-sucedida de mais de 30 anos de administração de uma escola faria o grupo criar outra escola de nível médio (colegial) para atender a colônia japonesa e a comunidade prudentina, surgindo o Colégio ACAE Anglo, direcionado ao preparo de jovens aos vestibulares (SANTOS, 2007).

Nessa perspectiva, o processo de urbanização em Presidente Prudente estava associado ao incipiente processo de industrialização local/regional, comandado pelo setor de comércio e de serviços dinâmicos que, ao longo do espaço tempo, se configurou em uma cidade com alguns serviços complexos, dentre eles a educação, a

saúde, o imobiliário, o financeiro e o agronegócio. Com isso, fizera atrair a necessidade de profissionais liberais especializados no espaço urbano.

Esse movimento de fundo, no território e na sociedade, vai dar, em consequência, uma nova urbanização brasileira. Um dos elementos fundamentais de sua explicação é o fato de que aumentou no Brasil, exponencialmente, a quantidade de trabalho intelectual. Não se dirá, com isso, que a população brasileira tenha se tornada culta, mas tornou-se mais letrada. O fato de ter-se tornado mais letrada está em relação direta com a realidade que vivemos nesse período científico-técnico, onde a ciência e a técnica estão presentes em todas as atividades humanas. Nessas condições, a quantidade de trabalho intelectual solicitada é enorme, mesmo porque a produção material diminuiu em benefício da produção não material. Tudo isso, conduz à amplificação da terceirização que, nas condições brasileiras, quer dizer também urbanização (SANTOS, 2013, p. 53-54).

Diante desse quadro de urbanização ímpar e dinâmica no Oeste Paulista, os nipo-brasileiros buscaram êxito econômico e *status* social por meio dos empregos urbanos (operários na indústria, funcionários públicos, comerciários e prestadores de serviços). No setor industrial de alimentos, bebidas e molhos se destacaram as famílias Nagaya, Funada, Oki, Fukuhara e Honda⁷. Em alguns casos, os descendentes de imigrantes japoneses também tiveram relevo nas atividades de profissionais liberais (médicos, engenheiros, advogados e dentistas) e nas atividades intelectuais (professores universitários, escritores, artistas etc.) devido aos investimentos das famílias na educação dos filhos (SOUSA, 2007, 2010).

Considerações finais

Os resultados dessa conquista pelos nipo-brasileiros ocorreram pela organização do trabalho laboral regida pela disciplina da cultura nipônica. Também foi perceptível a participação deles em nichos de atividades comerciais e de prestação de serviços com características mais refinadas e técnicas/tecnológicas: fotográfica, ótica, joalheria e relojoaria. Ao longo do tempo-espaço, a ascensão social de alguns nipo-brasileiros ocorreu “graças” ao grau de especialização do trabalho e pelo nível técnico

⁷ A indústria nipo-prudentina iniciou suas atividades na década de 1940, de forma rudimentar quase que fabril-artesanal com o processamento em escala industrial das bebidas alcoólicas pelas empresas Bebidas Wilson (Motoichi Oki) e Bebidas Astecas (Keniti Fukurara e Massami Honda). E, também, pelas Bebidas Funada (Mampeí Funada e Keniti Funada) com o produto refrigerante. Por fim, a Indústria Sakura (Suekichi Nakaya) com molho de soja e outros produtos típicos da culinária japonesa (DUNDES, 1997; SOUSA, 2010).

de instrução que teve uma paulatina *mobilidade social*. É neste contexto que compreendemos a mobilidade social e espacial do *nikkei* no Oeste Paulista.

Com a aposta das famílias na educação dos filhos viu-se o encaminhamento dos *nikkeis* para terem a mobilidade social no território como: agricultores, comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais. Essa ascensão social teve início por volta da década de 1950, se estendendo até a década de 1980 no Brasil, o movimento de kassegui finda a mobilidade geracional/social, sendo estabelecido primeiramente o movimento do campo para a cidade, migração urbana-urbana e emigração para o Japão. De modo geral, esse período pode ser considerado, também, um período de mobilidade ascendente na geo-história recente dos *nikkeis*, pois as famílias que se (re)territorializam no município teve uma mobilidade espacial e posições socioeconômicas na construção e reprodução de representações sociais de Presidente Prudente/SP.

Referências

ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.

BUTUSGAN, Sumi. **Os nisseis e a busca de sua integração na sociedade brasileira**: um grupo referencial - o Centro Cívico Nissei de Presidente Prudente. Presidente Prudente: 1973 (Tese de Doutorado).

DUNDES, Ana Claudia. **O processo de (des) industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente**. Presidente Prudente/SP: FCT/Unesp, 1998. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

ENNES, M. A. **A construção de uma identidade inacabada**: nipo-brasileiros no interior de São Paulo. São Paulo: Unesp, 2001.

KOKETSU, Toshio. **Início da colonização japonesa em Presidente Prudente**. In: SHICASHO, Emika T. A saga dos imigrantes japoneses em Presidente Prudente. Presidente Prudente: Gráfica Impress, S/D.

- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil**: estudo de mobilidade e fixação. São Paulo: USP, 1961.
- SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973.
- SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SAKURAI, Célia. **Imigração japonesa para o Brasil**: um exemplo de imigração tutelada. In: Fausto, Boris. (Org.). *Fazer a América: imigração em massa para a América Latina*. Edusp, 2000.
- SAKURAI, Célia. **Primeiros pólos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Revista USP, n. 27, set/out/nov, p. 32-45, 1995.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-99, 1977.
- SANTOS, Valdery. **Pioneiros da imigração japonesa da Alta Sorocabana**. 2007.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Ed. EST, 2003/2001.
- SOUSA, Adriano Amaro de. **A geografia histórica da industrialização regional no Oeste Paulista: o exemplo das industriais dos municípios de Marília/SP e de Presidente Prudente/SP**. In: Ivânio Folmer; Thales Silveira Souto. (Org.). *Desenvolvimento regional: política, planejamento e economia*. 1ªed. Santa Maria/RS: Editores Arco, 2021, p. 221-233.

SOUSA, A. A. **Território e mobilidade social: o nikkei como profissional liberal no município de Presidente Prudente/SP**. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2010 (Tese de Doutorado em Geografia).

SOUSA, A. A. **A dimensão geo-histórica do industrial nipo-brasileiro no contexto do Oeste Paulista**. In: SPOSITO, E. S.; BOMTEMPO, D. C.; SOUSA, A. A. (Org.). Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades. 1ed. São Paulo - SP: Expressão Popular, 2010a, p. 177-199.

SOUSA, A. A. **O vôo do tsuru: o empresariado nipo-brasileiro**. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2010b. (Dissertação de Mestrado em Geografia)

SOUSA, A. A. A formação histórica do Oeste Paulista: alguns apontamentos sobre a introdução da imigração japonesa. Presidente Prudente/SP: **Geografia em Atos** (Online), v.8, p. 1-10, 2009.

SOUSA, A. A. A territorialização dos imigrantes japoneses na Alta Sorocabana. Presidente Prudente: **Revista Formação**, n. 14, vol. 2. p. 119-129, 2007.

SPOSITO, E. E.; BOMTEMPO, D. C.; SOUSA, A. A. **Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades**. São Paulo/SP: Editora Expressão Popular, 2010.

SUZUKI, Teiiti. **Mobilidade geográfica de imigrantes japoneses**. In: Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973.

VIEIRA, Francisca Isabel Shurig, **O japonês na frente de expansão paulista**. São Paulo: 1973 (Tese de Doutorado).